

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado- STFC Local (fixo-fixo e fixo-móvel), para ANTAQ /Sede (Brasília), na modalidade local, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade estimada para 5 meses	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	STFC FIXO-FIXO	Minutos	41.666	R\$ 1.828,72
2	STFC FIXO-MÓVEL	Minutos	12.500	R\$ 1.828,82
3	FEIXE E-1	Unidade	2	R\$ 5.736,99
4	DDR 500 RAMAIS	Unidade	1	R\$ 2.984,63
VALOR TOTAL ESTIMADO ANUAL DO GRUPO			R\$ 12.379,16	

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Telefonia Fixo-Comutado/STFC.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) meses improrrogável.

1.5. O início da prestação dos serviços será no dia 18/12/2021 sendo facultado a ANTAQ postergar ou antecipar o serviço a seu critério.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de Serviços Telefônicos Fixo Comutados (STFC), na modalidade local, é indispensável à ANTAQ para a realização de atividades nas áreas administrativas, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da ANTAQ e que não podem sofrer descontinuidade. Os serviços compreendem a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta e Ramal- DDR).

2.2. O objetivo da contratação é prover aos servidores e colaboradores da ANTAQ a estrutura básica de comunicação telefônica (STFC), na modalidade local, que é essencial para a realização de atividades nas áreas administrativas e finalísticas da Agência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A solução abrange a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, para atendimento das necessidades da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários – ANTAQ - Sede, localizada na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Asa Norte - Edifício ANTAQ - Brasília/DF.

3.2. O serviço é de execução contínua, conforme inciso II, art.57, da Lei 8.666/93, determinado como serviço essencial e imprescindível para consecução das atividades finalísticas e administrativas desta Agência.

3.3. Serviço de Telecomunicações – é aquele por meio do qual há transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em áreas locais distintas no território nacional, dentro das regiões definidas no Plano Geral de Outorga.

3.4. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) - definido no Plano Geral de Outorga (PGO) - como o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

3.5. Plano de Serviços - documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a ele inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores, regras e critérios de navegação.

3.6. Usuário – aquele que utiliza o serviço telefônico independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora de serviço.

3.7. Ligações para Terminal Fixo – ligações destinadas a um aparelho telefônico fixo.

3.8. Ligações para Terminal Móvel – ligações destinadas a um aparelho telefônico móvel.

3.9. Área Local – área geográfica contínua de prestação de serviços, contida em um ou mais setores do PGO, definida pela Anatel, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade Local.

3.10. Área Telefônica Local – serviço destinado à comunicação telefônica entre dois terminais em uma área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela Anatel, segundo critérios técnicos.

3.11. Serviço Telefônico Local – serviço destinado à comunicação telefônica entre dois terminais em uma área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela Anatel, segundo critérios técnicos e econômicos, como uma área local, seja através do STFC, seja através do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), ou outro, desde que seja assegurada a plena integração com a rede do STFC.

3.12. Perfil de Tráfego – é o quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência.

3.13. Feixe E1 – sistema de transmissão digital com velocidade de 2.048 Mbps, adotado no Brasil com 30 (trinta) canais digitais.

3.14. DDR – Discagem Direta a Ramal, sistema que consiste na discagem automática (sem intervenção de operadora/telefonista) a um ramal de um PABX.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade dispensa, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Trata-se de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, contemplando ligações originadas da Sede da ANTAQ, compreendendo a transmissão de voz em ligações do tipo fixo-fixo (local) e do tipo fixo-móvel (VC-1), com os requisitos detalhados a seguir:

5.1.1. Ramais DDR (Discagem Direta a Ramal).

5.1.2. 500 (quinhentos) ramais.

5.1.3. Sinalização do Tipo ISDN PRI - sistema de tecnologia que usa o sistema telefônico comum, compatível com a Central Telefônica da ANTAQ.

5.1.4. Número Chave (número de A) é 2029-6500.

5.1.5. Faixa DDR de 2029-6500 a 2029-6999.

5.1.6. Os acessos mencionados no item 5.1.2 devem ter plena compatibilidade com a central privada de comutação telefônica utilizada na sede da ANTAQ, que possui as especificações: UNIVERGE NEAX 2400 IPX.

5.1.7. Todas as despesas relativas ao entroncamento da Central Telefônica da Sede da ANTAQ com a rede pública são de responsabilidade da Contratada.

5.1.8. O início da prestação dos serviços será no dia 25/11/2020 sendo facultado a ANTAQ postergar ou antecipar o serviço a seu critério.

5.1.9. Suporte técnico em período integral, 24 horas por dia, durante a semana, com atendimento em caso de falhas, inclusive dos equipamentos de conexão fornecidos e instalados nas dependências físicas da Sede da ANTAQ.

5.1.10. Prestação dos serviços contratados, 24 horas por dia, durante todo o período da vigência contratual, salvaguardados os casos de interrupções programadas previstas na regulamentação vigente.

5.1.11. Bloqueio, sem ônus para a Contratante, caso seja tecnicamente possível, de recebimento de ligações a cobrar, o de ligações destinadas aos serviços de 0300, 0500, 0800 e similares.

5.1.12. Disponibilização de bloqueio de códigos de seleção de prestadores de LDN e

LDI.

5.1.13. Os números das linhas telefônicas e dos ramais delas originados, já em operação, devem ser mantidos pela Contratada. Desse modo, deve ser realizada a portabilidade dos números chave e das faixas DDR, sem custos adicionais para a Contratante.

5.1.14. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela Contratada, sem ônus de qualquer natureza para a Contratante.

5.1.15. Fornecer número telefônico gratuito para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

5.2. Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade local, compreende a realização de chamadas locais para telefones fixos e para telefones móveis, bem como a recepção de chamadas diretamente nos ramais (Discagem Direta e Ramal- DDR).

6.2. A Contratada deverá garantir a sua rede limpa de grampo ou qualquer forma de escuta de forma a garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade das conversações.

6.3. A Contratada deverá prestar o serviço, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência contratual, exceto nas interrupções programadas, antecipadamente comunicadas à ANTAQ.

6.4. A Contratada deverá fornecer serviço de suporte, por meio de chamada gratuita, 24 horas por dia, durante toda a semana.

6.5. A Contratada deverá fornecer, antes do início da prestação dos serviços, planilha contendo os nomes, telefones e endereços eletrônicos (e-mail) das pessoas ou áreas responsáveis pelo atendimento à ANTAQ, além do serviço DDG 0800 de abertura de chamados para reparos do serviço contratado.

6.6. Assunção de inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

6.7. Durante a vigência do futuro contrato, a empresa obriga-se a efetuar as alterações de configuração e ampliação da rede, definidas pela ANTAQ, no âmbito abrangido para cada lote contratado.

6.8. A quantidade de minutos estimados para contratação é baseada em previsão de tráfego real e expectativas para os próximos 5 (cinco) meses.

6.9. A execução dos serviços será iniciada 18/12/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. A ANTAQ, por meio do FISCAL DO CONTRATO, realizará a verificação dos critérios estabelecidos na tabela abaixo, de modo a aferir a qualidade na prestação dos serviços contratados.

7.2. A qualidade do serviço será avaliada pela aferição do cumprimento dos níveis de serviço, critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre a Contratante e a Contratada, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, como: qualidade, desempenho e disponibilidade.

7.3. A Gestão/Fiscalização Contratual executarão a avaliação da qualidade da prestação do serviço pela Contratada com base no Acordo de Nível de Serviço (ANS) definido a seguir:

7.3.1.O indicador será a “Nota Menção de Avaliação” (NMA);

7.3.2.A finalidade do indicador será a de permitir que a Gestão/Fiscalização Contratual afira objetivamente e de forma contínua o nível de qualidade do serviço prestado pela Contratada;

7.3.3.A meta a ser cumprida pela Contratada será a obtenção de uma Nota Mensal igual ou superior a 9,8.

7.3.4.Todas as ocorrências serão registradas pelo Gestor/Fiscal do Contrato, que notificará a Contratada, atribuindo pontos, de acordo com o seguinte Quadro de Ocorrências:

OCORRÊNCIA	PONTUAÇÃO PERDIDA
Não atendimento do telefone fornecido pela Contratada para os contatos e registro das ocorrências.	0,2
Cobrança por serviços não prestados.	0,2
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente.	0,2
Cobrança de valores em desacordo com o contrato.	0,2
Atraso na ativação dos serviços, na entrega de equipamentos, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 5 (cinco) dias corridos de atraso.	0,2
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, para cada 24 (vinte e quatro) horas de atraso.	0,2
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa neste documento não especificada nesta tabela.	0,2
Não cumprimento dos prazos estipulados neste termo (para cada dia ou fração)	0,2
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a Contratante.	0,5
Os serviços devem ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade mensal mínima em 98% (noventa e oito por cento) do contratado.	0,3
Na hipótese de ocorrência de interrupções, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 8 (oito) horas.	0,3

Não prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da Contratada.	0,3
Não efetuar testes de verificação da qualidade da transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço, quando solicitado.	0,2
Ausência de comunicação ao Gestor/Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, de interrupções programadas dos serviços. Somente serão realizadas com a concordância do Fiscal.	0,1

7.2. O procedimento de fiscalização e de gestão da qualidade do serviço prevê que, uma vez verificada a incidência da Contratada nas situações previstas no Quadro de Ocorrências, devem ser descontados da NMA os pontos correspondentes;

7.3. A apuração dar-se-á com periodicidade mensal, após o encerramento de cada mês;

7.4. O mecanismo de cálculo da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:
 $NMA = 10 - \text{pontos perdidos}$

7.5. Os níveis de serviço passam a vigorar a partir da assinatura do Contrato decorrente desta proposição:

7.5.1. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,8 e maior ou igual a 9,5 a Contratada receberá uma simples notificação;

7.5.2. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor que 9,5 e maior ou igual a 9,3 a Contratada sofrerá glosa de 2% no valor do pagamento devido para o período;

7.5.3. Nota Mensal de Avaliação (NMA) menor de 9,3 e maior ou igual a 9,0 a Contratada sofrerá glosa de 5% no valor do pagamento devido para o período;

7.5.4. Qualquer nota abaixo de 9,0 a Contratada sofrerá glosa no pagamento de 10% (dez por cento) do valor devido para o período, estando ainda sujeito às sanções cabíveis.

8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

8.2. Entroncamento de Entrada e Faixa de numeração para prestação de serviços de telefonia local. A Contratada deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada Digital (E1), com sinalização ISDN PRI, serviço de ligações bidirecionais, acesso digital constituídos de 30 canais B com 64 Kbps e 1 canal D com 64kbps em cada enlace, com método de verificação de erro: CRC-4 (Cyclic Redundancy Check) junto à Central Telefônica da Contratante e manter as respectivas faixas de numeração de ramais DDR.

8.3. A quantidade de entroncamentos no item 1.1 deste Termo de Referência é estimada, devendo ser fornecido o quantitativo de Troncos de Entrada necessário para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico.

8.4. Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela Contratada, sem ônus de qualquer natureza para a Contratante.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Na fase da aceitação da proposta, a empresa deverá possuir concessão ou autorização para prestação dos serviços constantes, emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. A empresa deverá cumprir todos os procedimentos regulatórios vigentes à época da assinatura do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Permitir acesso dos funcionários, desde que devidamente identificados, às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto contratado, quando necessário.

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários.

10.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço de forma a assegurar-se da boa prestação e desempenho dos serviços.

10.4. Controlar as ligações realizadas e documentar as ocorrências durante a prestação do serviço.

10.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela prestadora, inclusive quanto à continuidade da prestação do serviço que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela ANTAQ, não devem ser interrompidos.

10.6. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas na data da emissão das contas telefônicas.

10.7. Emitir, por intermédio do Gestor/Fiscal do Contrato, pareceres quanto aos atos relativos à execução do Contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas na licitação e à proposta de aplicação de sanções.

10.8. Disponibilizar as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

10.9. Efetuar o pagamento devido à Contratada, desde que não haja glosa, nas condições pactuadas neste Termo de Referência.

10.9.1. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos devem ser informados à empresa Contratada e a Nota Fiscal de serviços será paga após a retificação.

10.9.2. O pagamento dependerá da real utilização dos serviços, podendo haver variação entre as quantidades efetivamente utilizadas e as quantidades estimadas, constantes deste documento.

10.10. Designar servidor (es) para executar a Gestão/Fiscalização Contratual e acompanhar e fiscalizar o andamento do serviço por intermédio do (s) mesmo (s).

- 10.11. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado que produza complicações para a fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas.
- 10.12. Rejeitar no todo ou em parte o serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 10.13. Verificar, durante a vigência do Contrato, a manutenção da compatibilidade entre as obrigações assumidas e as condições e qualificações exigidas para a prestação do serviço objeto deste Contrato.
- 10.14. Comunicar formal, circunstanciada e tempestivamente à Operadora, qualquer anormalidade havida durante a execução do Contrato.
- 10.15. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.16. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.17. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.18. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.19. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 10.20. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.20.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 10.20.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.20.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.21. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.22. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.23. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.24. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.25. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Caberá à Contratada cumprir a Legislação n.º 9.472/97, que dispõe sobre a organização do Serviço de Telecomunicações, o Contrato assinado com a Antaq, e demais disposições legais e regulamentares vigentes, de âmbito federal, inclusive quanto aos preços praticados, ficando ainda responsável por:

11.1.1. Disponibilizar de imediato, área de cobertura e prestar os serviços de acordo com os padrões de qualidade determinados pelo Poder Concedente.

11.1.2. Implantar adequadamente, de maneira remota ou presencial, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

11.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços. A fiscalização ou o acompanhamento pela ANTAQ não excluirá ou reduzirá essa responsabilidade.

11.1.4. Indicar Preposto para atuar em nome da Contratada junto à ANTAQ, o qual participará, sempre que solicitado, de reuniões de acompanhamento dos serviços prestados.

11.1.5. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às solicitações da ANTAQ, corrigindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após ser notificado, qualquer tipo de ocorrência que cause a interrupção total na prestação dos serviços ou degradação na qualidade da comunicação que impeça sua utilização.

11.1.6. Encaminhar à ANTAQ o Relatório de Falhas, sempre que ocorrer quaisquer falhas na prestação dos serviços, contendo, no mínimo, as seguintes informações: hora de abertura do chamado, descrição da ocorrência, causas e procedimentos adotados e hora da solução do problema.

11.1.7. Comunicar à ANTAQ, por escrito e com antecedência mínima de 3 (três) dias, a realização de manutenções programadas que possam afetar a prestação dos serviços na Área de Prestação da Contratada.

11.1.8. Repassar à ANTAQ, durante a vigência do Contrato, todas as vantagens e descontos nos preços por ela oferecidos no mercado para o plano de serviços utilizado como referência em sua proposta, inclusive os de horário reduzido, sempre que esses forem mais vantajosos do que os constantes no instrumento contratual, desde que esses não acarretem desequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato.

11.1.9. Garantir sigilo e inviolabilidade das comunicações realizadas através do serviço desta contratação.

11.1.10. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da ANTAQ.

11.1.11. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor/Fiscal do Contrato, inerentes a esse Termo de Referência.

11.1.12. Atender prontamente quaisquer exigências do Gestor/Fiscal do Contrato, inerentes a esse Termo de Referência.

11.1.13. Comunicar à ANTAQ, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

- 11.1.14. Aceitar acréscimo ou supressão, no interesse da administração, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nas mesmas bases dos serviços e preços ajustados, conforme o disposto no § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93, durante a vigência contratual.
- 11.1.15. Assumir todos os encargos trabalhistas e previdenciários de seus empregados, previstos em legislação específica e vigente, obrigando-se a saldá-los em época própria, bem como responder por possível demanda trabalhista, civil ou penal.
- 11.1.16. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.
- 11.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por

terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Serviço de Telecomunicações- IST, estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Os preços podem ser reajustados pelo Índice de Serviço de Telecomunicações- IST, estabelecido pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que atua na regulação do setor de telecomunicações, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, observando o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data da formulação da proposta, a fim de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.1.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.1.2. **Multa de:**

- 18.1.2.1. 1% (um por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 18.1.2.2. 1% (um por cento) até 15% (quinze por cento)) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial ou total da obrigação assumida;
- 18.1.2.3. 0,2% (dois décimos) a 3,2% (três e 20 décimos) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 18.1.2.4. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 18.1.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.1.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 18.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 18.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.
- 19.2. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 19.2.1. Valor Global: **R\$ 12.379,16** (Doze mil, trezentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos).
- 19.3. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 20.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global é de **R\$ 12.379,16** (Doze mil, trezentos e setenta e nove reais e dezesseis centavos).
- 20.2. A pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização dos parâmetros descritos no Art. 2º, da IN nº 03/2017, que alterou a IN nº 05/2014, que tratava dos procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
- 20.3. A pesquisa no Portal de Compras Governamentais, objeto do Inciso I, da IN citada no Subitem anterior, resultou vazia tendo em vista não haver identificação no portal do Painel de sítio <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>, de fornecimento de materiais com as mesmas características específicas.
- 20.4. Diante disso e conforme o Inciso IV da mesma IN, foi feita pesquisa com fornecedores para definir a estimativa do preço praticado no mercado. Adotou-se o menor dos valores da pesquisa como metodologia para a estimativa desse preço.

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 21.1. A dotação orçamentária da contratação será a indicada no contrato/nota de empenho

Brasília-DF, 09 de dezembro de 2021.